

# AÇÃO ESPECIAL SETORIAL DA CADEIA PRODUTIVA DO TABACO: UMA BOA PRÁTICA DA INSPEÇÃO DO TRABALHO PARA A PROMOÇÃO DO TRABALHO DECENTE NO MEIO RURAL

Rudy Allan Silva da Silva<sup>1</sup>

## RESUMO

A ação especial setorial da cadeia produtiva do tabaco estruturou uma intervenção estratégica sobre o setor da fumicultura no Rio Grande do Sul, visando à promoção do trabalho decente e à indução de boas práticas nas relações de trabalho no meio rural. A partir da articulação entre planejamento, implementação e avaliação, a abordagem mobilizou organizações-líderes do setor, produtores integrados e partes interessadas, promovendo ciclos de feedback, ações educativas e fiscalizações direcionadas. Os resultados revelam impactos concretos na formalização do trabalho, na disseminação de materiais instrucionais e no fortalecimento da conformidade normativa, com efeitos que transcendem a atuação fiscal tradicional. A prática revelou-se replicável para outras cadeias produtivas agrícolas com estrutura semelhante, reforçando o papel estratégico da Inspeção do Trabalho como agente de transformação estrutural.

Palavras-chave: Saúde e segurança do trabalho. Trabalho rural. Fumicultura. Devida diligência. Produção integrada.

## 1 INTRODUÇÃO

O Brasil ocupa posições destacadas no topo da pirâmide dos produtores mundiais de tabaco, oscilando entre o segundo lugar deste ranking, em 2019, e o

---

<sup>1</sup> Auditor-Fiscal do Trabalho, no Ministério do Trabalho e Emprego, desde 2011. Exerce a chefia do Setor de Planejamento, Controle e Avaliação da Seção de Fiscalização do Trabalho da Superintendência Regional do Rio Grande do Sul. Coordena ação especial setorial da cadeia produtiva do tabaco e integra a Comissão Nacional para Implementação da Convenção-Quadro de Controle do Tabaco (CONICQ), como representante-titular do Ministério do Trabalho e Emprego. Participou de Grupo Técnico Tripartite (GTT) de elaboração e de acompanhamento de implementação de norma regulamentadora voltada ao setor de limpeza urbana e manejo de resíduos sólidos (NR-38). Bacharel em Direito. Mestre em Engenharia de Produção, com ênfase em Ergonomia, em um Convênio da SIT/ENIT com a UFRGS.



terceiro lugar, atrás de China e da Índia, nos anos de 2020 a 2022, numa contagem de cerca de 120 países que desenvolvem esta cultura (FAO, 2024). O Rio Grande do Sul, a seu turno, lidera a produção nacional, colhendo mais de 300.000 toneladas de tabaco em folha por ano, o que representa uma fatia de 5% da produção global da solanácea (IBGE, 2024; FAO, 2024). No entorno destes expressivos números, estrutura-se uma cadeia produtiva integrada que, de um lado, canaliza o processamento do fumo em grandes corporações, enquanto no outro extremo estão dispersos cerca de 60.000 fumicultores e uma mão-de-obra adicional que, de modo permanente ou sazonal, atua nas propriedades rurais.

Diante dos achados de violações trabalhistas no setor econômico, evidenciam-se os desafios de promoção do trabalho decente, de estímulo à conformidade trabalhista em todas as etapas da safra e de combate ao trabalho infantil. A ação especial setorial da cadeia produtiva do tabaco mira, assim, nos modelos de abordagens estratégicas preconizados pela Organização Internacional do Trabalho (OIT, 2022), perseguindo mudanças sistêmicas nas condições de trabalho na fumicultura, pondo em pauta a efetiva devida diligência a ser exercida pelas organizações-líderes sobre práticas de trabalho dos fornecedores, bem como a conscientização dos produtores integrados sobre os direitos trabalhistas dos rurícolas. Com uma amostra representativa de uma propriedade rural inspecionada para cada grande organização focal, seguida de uma auditoria sobre as políticas de suporte e as práticas de vigilância implementadas por orientadores agrícolas, a Inspeção do Trabalho restitui a todos os envolvidos, em eventos de amplo diálogo social, as lacunas de monitoramento e as oportunidades de melhoria das condições de trabalho no campo.

Este artigo tem por objetivo apresentar a ação especial setorial como uma boa prática no âmbito da Inspeção do Trabalho, em substituição a modelos tradicionais de fiscalizações pontuais e reativas nas atividades econômicas agrícolas. Para tanto, expõe as etapas da abordagem e os dados colhidos para formulação dos diagnósticos, as articulações institucionais e os resultados alcançados. Reflete, ademais, sobre a potencial replicação desta prática em outras cadeias produtivas.



## 2. CONTEXTUALIZAÇÃO DA CADEIA PRODUTIVA DO TABACO

Nada obstante as estimativas veiculadas em Anuários Brasileiros do Tabaco sinalizem a marca de dois milhões de empregos diretos e indiretos no entorno do cultivo e do processamento do tabaco nacional (Kist et al, 2022), as estatísticas oficiais revelam números tímidos de geração de emprego nos empreendimentos rurais da fumicultura. No Rio Grande do Sul, a cultura responsável por 12,5% das receitas das exportações dos principais produtos agropecuários do Rio Grande do Sul, superada apenas pela fatia de exportações relacionadas ao complexo da soja (Rio Grande do Sul, 2023), gerou apenas 80 postos de emprego, no ano de 2022, nos empreendimentos rurais de cultivo de fumo (Brasil, 2024). Se confrontado este dado com a área plantada de 149.152 hectares no mesmo período (IBGE, 2024), reserva-se para esta atividade agrícola a penúltima posição numa ordenação entre a relação do número de empregos por área plantada para as onze culturas agrícolas destacadas no anuário da Secretaria de Agricultura do Rio Grande do Sul (Rio Grande do Sul, 2023).

Ações fiscais dirigidas a estabelecimentos dedicados à fumicultura compõem, ademais, um histórico preocupante de violações trabalhistas. De 2013 a 2024, no Brasil, 96 ações fiscais abordaram propriedades rurais de cultivo do tabaco, com infrações autuadas em 79 destas abordagens (Brasil, 2024). No Rio Grande do Sul, encontram-se quatro casos em que a abordagem fiscal confluiu para o excepcional procedimento de resgate, com destaque para ocorrências desta natureza registradas em 2019, em 2020 e em 2021, todas localizadas em Venâncio Aires/RS, base territorial do estabelecimento-sede de 05 das 13 organizações-líderes filiadas ao Sinditabaco.

Do ponto de vista estrutural, a configuração da cadeia produtiva promove forte vinculação entre fumicultores e a indústria fumageira, traçando elo reconhecido por lei como produção integrada. Numa dinâmica que favorece o acesso ao crédito, a assistência técnica, a entrega de insumos e o mercado garantido para o escoamento da produção (Neutzling, 2017), as relações de produção integrada, estabelecidas pela Lei 13.288/2016, conectam cerca de 200.000 produtores brasileiros de tabaco a



um reduzido número de indústrias de processamento. Estas indústrias – parte das quais de capital social multinacional – possuem cadernos de boas práticas trabalhistas, declaram propósitos de sustentabilidade e de respeito aos Direitos Humanos e firmaram, nos anos de 2008 e de 2012, Termos de Compromisso com o Ministério Público do Trabalho.

Somados estes caracteres estruturais da cadeia produtiva aos precedentes de violações detectadas e de geração de emprego rarefeita na produção agrícola, e incrementados pela sujeição dos rurícolas a peculiares riscos ocupacionais, como a doença da folha verde do tabaco, justificou-se a aplicação de uma intervenção setorial diferenciada na cadeia produtiva, conforme regulamentado na Portaria MTPS n. 547/2021, após alterações introduzidas pela Portaria MTPS n. 4217/2022.

### **3. AÇÃO ESPECIAL SETORIAL DA CADEIA PRODUTIVA DO TABACO: DESENVOLVIMENTO**

A ação especial setorial da cadeia produtiva do tabaco foi estruturada a partir de uma abordagem trifásica, orientada por diretrizes estratégicas da Inspeção do Trabalho, com o objetivo de intervir de forma planejada e eficaz em uma cadeia produtiva marcada por uma posição dominante de empresas de grande porte e desafios trabalhistas persistentes.

#### **3.1 PLANEJAMENTO**

A etapa de planejamento teve caráter exploratório e buscou compreender o contexto da cadeia produtiva, identificar seus atores centrais e priorizar os pontos de intervenção. Essa fase envolveu pesquisas em bases de dados oficiais, análises de publicações setoriais, histórico de fiscalizações e compromissos assumidos pelas empresas-líderes em acordos com o Ministério Público do Trabalho. A partir dessas informações, foi possível selecionar as organizações focais — empresas com atuação expressiva no setor, alto capital social e relevante papel na cadeia de produção integrada. Essa fase também contemplou a formulação de notificações



documentais a serem apresentadas nas etapas subsequentes, a estruturação dos instrumentos de coleta de dados e a designação de equipes técnicas da Inspeção do Trabalho para conduzir a ação.

A sistematização metodológica das ações empreendidas nesta etapa encontra-se sintetizada no Quadro 1, que organiza os principais procedimentos de planejamento e os atores envolvidos.

Quadro 1 – Etapa de planejamento

Etapa	Atividades desenvolvidas	Atores
Planejamento	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Pesquisas exploratórias e diagnósticos prévios</li> <li>- Mapeamento das organizações focais</li> <li>- Consulta a relatórios de inspeção da Auditoria-Fiscal do Trabalho</li> <li>- Consulta a cláusulas de compromissos firmados pelas organizações-líderes com o Ministério Público do Trabalho</li> <li>- Levantamento em bases oficiais</li> <li>- Análises de dados lançados em periódicos setoriais</li> </ul>	<p>Internos:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- Auditores-Fiscais do Trabalho das chefias regionais e coordenações da SRTb/RS e SIT/MTE</li> </ul>

Fonte: Elaborado pelo autor.

### 3.2 IMPLEMENTAÇÃO

A fase de implementação iniciou-se com reuniões individuais entre a Auditoria-Fiscal do Trabalho e as organizações-líderes da cadeia do tabaco. Nesses encontros, foram apresentados os objetivos da Ação e emitidas notificações solicitando documentos relacionados a políticas de devida diligência, materiais instrucionais, registros de produtores integrados e ações de controle e monitoramento. A resposta das empresas foi satisfatória, com o envio de mais de 2.600 arquivos eletrônicos. Em sequência, realizou-se reunião coletiva para devolutiva dos primeiros achados da auditoria documental, promovendo a transparência e o diálogo com os regulados. Em



outras frentes, conduziram-se articulações com atores externos, como órgãos governamentais e entidades representativas de empregadores e trabalhadores rurais, dando início a estratégias de engajamento de partes interessadas.

O segundo momento da implementação consistiu na realização de fiscalizações em campo em propriedades rurais selecionadas por amostragem intencional. Essas inspeções foram conduzidas em estabelecimentos vinculados às empresas-líderes já auditadas, com foco em verificar as condições reais de trabalho, o cumprimento da legislação trabalhista e a efetividade das práticas de suporte das organizações focais aos seus produtores. Foram analisados aspectos como formalização dos vínculos, saúde e segurança no trabalho, uso de equipamentos de proteção individual, presença de crianças e adolescentes, alojamentos e ações educativas promovidas pelas integradoras. A triangulação entre os achados de campo e os documentos previamente entregues pelas empresas permitiu uma compreensão aprofundada das fragilidades do modelo de produção integrada.

As atividades e interlocuções desta fase estão organizadas no Quadro 2, que permite visualizar o escopo ampliado da implementação e os principais agentes mobilizados.

Quadro 2 – Etapa de implementação

Etapa	Atividades desenvolvidas	Atores
Implementação	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Auditoria documental sobre práticas de devida diligência</li> <li>- Mapeamento de produtores integrados</li> <li>- Análise de ações de monitoramento das empresas-líderes</li> <li>- Restituição coletiva e individualizada dos resultados para organizações-líderes</li> <li>- Inspeções em campo nas propriedades rurais</li> <li>- Participação em fóruns e seminários</li> </ul>	<p>Internos:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- Auditores-Fiscais do Trabalho das equipes de inspeção</li> </ul> <p>Externos:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- Organizações focais vinculadas ao Sinditabaco</li> <li>- Produtores integrados</li> <li>- Sindicatos de Trabalhadores e Rurais</li> <li>- Imprensa</li> </ul>



	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Engajamento de partes interessadas</li> <li>- Divulgação de eventos de diálogo social em mídias regionais</li> </ul>	
--	---	--

Fonte: Elaborado pelo autor.

### 3.3 AVALIAÇÃO

A última etapa concentrou-se na consolidação dos achados e no aprofundamento da análise sobre as práticas concretas de monitoramento e responsabilidade social das organizações da cadeia produtiva do tabaco. Os resultados da intervenção foram apresentados em fóruns interinstitucionais e em encontros com partes interessadas, promovendo reflexões sobre os limites e oportunidades de atuação conjunta. Essa fase também incluiu a produção e ampla distribuição da cartilha “Programa Trabalho Sustentável – Trabalho Análogo ao de Escravo – Condições Degradantes de Trabalho”, voltada à orientação de produtores rurais quanto à prevenção de trabalho análogo ao de escravo, além da cartilha “Contratação de Mão de Obra na Agricultura Familiar – O que é importante saber”. Por fim, todo o acervo de diagnósticos, bases de documentos utilizados nas ações fiscais, apresentações para mobilização de organizações-líderes e de representações de trabalhadores, além das experiências adquiridas para o sucesso das interações com os atores sociais e entidades governamentais, passam a servir como importante ponto de partida não apenas para novos ciclos de abordagem no mesmo setor econômico no Rio Grande do Sul, como também para replicação da metodologia em outras regiões e cadeias produtivas, fortalecendo o papel da Inspeção do Trabalho como agente indutor de transformações estruturais no meio rural.

As ações desenvolvidas na etapa avaliativa, bem como os atores institucionais mobilizados, estão sistematizados no Quadro 3.



Quadro 3 – Etapa de avaliação

Etapa	Atividades desenvolvidas	Atores
Avaliação	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Consolidação dos resultados da intervenção</li> <li>- Assessoria ao Programa Trabalho Sustentável (PTS) para potencializar a replicabilidade da prática para outras cadeias produtivas</li> <li>- Atualização de repositórios de estudos e de inspeções fiscais</li> <li>- Participação ativa em fóruns e comissões institucionais (ex: Conicq, Coetrae)</li> <li>- Difusão de cartilhas e conhecimento técnico</li> <li>- Preparação de novas rodadas fiscais</li> </ul>	<p>Internos:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- Coordenação nacional da fiscalização rural e do PTS</li> </ul> <p>Externos:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- Parceiros governamentais</li> <li>- Comissão Nacional para Implementação da Convenção-Quadro de Controle do Tabaco (Conicq)</li> <li>- Comissão Estadual para Erradicação do Trabalho Escravo (Coetrae-RS)</li> <li>- Representações sindicais dos trabalhadores rurais e da indústria</li> </ul>

Fonte: Elaborado pelo autor.

Não se pode perder de vista que a natureza complexa de uma intervenção setorial exige uma compreensão que vá além da lógica binária de sucesso ou fracasso. Conforme argumenta Skivington (2021), intervenções realizadas em sistemas complexos se definem não apenas pela multiplicidade de seus componentes, mas também pela flexibilidade com que seus elementos se reorganizam, pela diversidade de seus participantes e pelas interações que promovem. A ação especial setorial da cadeia produtiva do tabaco ilustra esse cenário, ao mobilizar uma ampla rede de atores internos e externos, articular diferentes níveis da cadeia produtiva e adaptar continuamente seus caminhos de ação à medida em que novas oportunidades e desafios emergem.

Ainda que o modelo metodológico da intervenção tenha estabelecido etapas sequenciais - como planejamento, implementação e avaliação -, a dinâmica observada no campo demonstrou que tais fases, muitas vezes, se sobrepõem ou são reordenadas conforme o contexto. A antecipação de debates sobre replicabilidade da abordagem, antes mesmo da consolidação formal de resultados, e a inserção precoce da Auditoria-Fiscal do Trabalho em fóruns estratégicos como a CONICQ, são



exemplos dessa fluidez. Como destaca Hawe (2009), intervenções desse tipo não apenas geram efeitos diretos, mas também redesenham os espaços de interação, criando conexões, simbolismos e funções sociais que podem deixar marcas duradouras — ou não — a depender do modo como as propriedades dinâmicas do sistema são mobilizadas.

#### **4. RESULTADOS DA AÇÃO ESPECIAL SETORIAL DA CADEIA PRODUTIVA DO TABACO**

Os resultados decorrentes da ação especial setorial da cadeia produtiva do tabaco evidenciam os múltiplos impactos gerados por uma abordagem estratégica, interinstitucional e orientada por dados. O registro sistemático dos acontecimentos no decorrer do processo e das manifestações dos atores mobilizados permitiu aferir os impactos nas iniciativas da Inspeção do Trabalho, dos ciclos de diálogo social e das medidas de orientação e prevenção disseminadas.

Entre os marcos relevantes estão o mapeamento inédito e consolidado da produção integrada do tabaco no Rio Grande do Sul, que passou a orientar as ações fiscais com base em critérios objetivos, frente a uma tabela de identificação dos produtores de tabaco gaúchos e das 66.685 relações de produção integrada com as processadoras de tabaco nas safras 2021-2022; a regularização e ampliação dos Serviços Especializados em Segurança e Medicina do Trabalho (SESMT) das organizações-líderes; a mobilização de prepostos de diversos perfis gerenciais em reuniões técnicas; a valorização do papel estratégico dos orientadores agrícolas na disseminação de boas práticas; e a produção de materiais instrucionais amplamente disseminados aos fumicultores dos três Estados da Região Sul – mesmo que a ação setorial tenha sido deflagrada formalmente apenas no Rio Grande do Sul. Estas evidências demonstram que a ação transcendeu o campo da fiscalização tradicional e das fronteiras da unidade regional em que concebida, consolidando-se como modelo de inteligência regulatória com capacidade de induzir mudanças estruturais no setor.



O processo também provocou efeitos indiretos de grande relevância, como o aprimoramento interno de políticas e práticas de responsabilidade social das empresas do setor. As reuniões técnicas proporcionaram intercâmbio de boas práticas entre os pares e instigaram novas posturas institucionais, como a ampliação de temas abordados em capacitações, o uso de recursos audiovisuais e de ferramentas tecnológicas para mapeamento de vulnerabilidades sociais. Além disso, os seminários realizados nos três estados do Sul mobilizaram centenas de produtores e orientadores agrícolas, ampliando a capilaridade da mensagem institucional e fortalecendo a função pedagógica da Inspeção do Trabalho. Em arremate, a incorporação do Ministério do Trabalho e Emprego em grupos de trabalho estratégicos, como o Grupo de Trabalho (GT) do Artigo 17 da Comissão Nacional para Implementação da Convenção-Quadro de Controle do Tabaco (CONICQ), reafirma o reconhecimento político-institucional da relevância da ação desenvolvida.

Uma síntese dos resultados consolidados da intervenção pode ser observada no Quadro 4, que organiza os efeitos alcançados por categoria de impacto.

Quadro 4 – Resultados consolidados da ação especial setorial

<b>Categoria</b>	<b>Resultado obtido</b>
Mapeamento da produção integrada	66.685 relações de produção identificadas; planilhas padronizadas com volumes por produtor e coordenadas geográficas; dados utilizados para seleção fiscal.
Regularização do SESMT	7 técnicos de segurança e 1 enfermeiro do trabalho incluídos ou regularizados; 57 profissionais identificados nos quadros funcionais.
Reuniões técnicas com gestores de organizações-líderes	2 reuniões realizadas; participação de 48 prepostos das 12 organizações focais com perfil multidisciplinar; ampla adesão e sugestões para aprimoramento.
Orientadores agrícolas	1.011 profissionais identificados nas 12 organizações focais, com potencial estratégico para difusão de normas de proteção ao trabalho.
Materiais instrucionais produzidos	Cartilha sobre trabalho análogo ao escravo: 126.000 cópias distribuídas nos três estados do Sul; cartilha sobre contratação de mão-de-obra na agricultura



	familiar; produção e disseminação de vídeo institucional, realçando o conteúdo das cartilhas.
Práticas institucionais aprimoradas pelas empresas-líderes	15 ações de gerenciamento e vigilância do trabalho rural na cadeia de fornecedores implementadas ou aprimoradas, incluindo capacitações, novas ferramentas de monitoramento de vulnerabilidades sociais e cooperação horizontal.
Seminários multiatores	Realização de 3 eventos presenciais em RS, SC e PR, com público total estimado de 1.180 pessoas e mais de 2.200 visualizações nas transmissões <i>online</i> .
Participação institucional	Inserção da Auditoria-Fiscal do Trabalho em comissões e fóruns estratégicos como a CONICQ; articulação com parceiros governamentais e organizações sindicais.
Validação reflexiva do setor privado	Reconhecimento da abordagem como promotora de articulação positiva entre empresas, produtores e entidades; estímulo a Grupos de Trabalho e <i>workshops</i> sobre trabalho decente.

Fonte: Elaborado pelo autor.

## 5. APLICAÇÕES FUTURAS

A ação especial setorial da cadeia produtiva do tabaco revelou expressivo potencial de replicação em outras cadeias produtivas agrícolas, desde que observadas determinadas condições estruturais mínimas. A lógica trifásica da abordagem — materializada nas etapas de planejamento, de implementação e de avaliação — pode ser adaptada a distintos contextos produtivos, especialmente quando há suporte institucional proporcionado por programas como o Programa Trabalho Sustentável (PTS), que favorece a articulação técnica e o alinhamento metodológico entre unidades descentralizadas da Inspeção do Trabalho.

A viabilidade da replicação está diretamente associada à presença de características similares às identificadas na cadeia do tabaco, como o estrangulamento produtivo em torno de organizações-focais bem definidas, a existência ou a perspectiva de implementação de práticas de devida diligência sobre fornecedores e a presença de canais sistemáticos de orientação técnica ou assistência agrícola presencial junto aos produtores. Tais elementos viabilizam



auditorias documentais e de campo, ciclos de feedback e o fortalecimento de redes colaborativas orientadas à melhoria das condições laborais.

Do ponto de vista institucional, replicações dessa natureza ampliam significativamente a capacidade de intervenção estratégica da Inspeção do Trabalho. Abordagens fundamentadas em lógica sistêmica permitem que seus efeitos se irradiem para além dos sujeitos diretamente fiscalizados, induzindo transformações comportamentais em diferentes elos da cadeia produtiva. A ação planejada fortalece a posição do órgão como indutor de práticas sustentáveis e de conformidade espontânea, consolidando-o como promotor de mudanças estruturantes em setores produtivos complexos.

## **6. CONSIDERAÇÕES FINAIS**

A abordagem setorial desenvolvida sobre a cadeia produtiva do tabaco permitiu avanços substanciais na indução de boas práticas e na mobilização de múltiplos atores em torno da promoção do trabalho decente. No entanto, a complexidade inerente às redes produtivas e às dinâmicas socioeconômicas locais impõe limites à plena aferição dos impactos. A multiplicidade de interesses, a dissonância entre discursos e práticas institucionais e a fluidez das relações econômicas e sociais representam barreiras naturais à consolidação de resultados mensuráveis e permanentes.

Adicionalmente, o alcance amostral das fiscalizações diretas em campo, restringido por limitações do contingente de Auditores-Fiscais do Trabalho, compromete a representatividade estatística dos achados. Reflexos nos indicadores de formalização de vínculos empregatícios nas propriedades rurais são, ainda, tímidos, com incremento da ordem de 20% no patamar anterior ao início da abordagem setorial, a sugerir que, no campo, a presença fiscal ainda seja o mote determinante da mudança comportamental. Apesar disso, os resultados obtidos indicam que a abordagem possui elevada capacidade de induzir rearranjos positivos nas cadeias produtivas. O caminho percorrido representa um avanço promissor rumo



à institucionalização de um modelo de ação que combina regulação inteligente, articulação interinstitucional e impacto social duradouro.

## REFERÊNCIAS

BRASIL. Ministério do Trabalho e Emprego. **Sfitweb: sistema informatizado de fiscalização trabalhista**. Dados extraídos em 12 jun. 2024.

FOOD AND AGRICULTURE ORGANIZATION OF THE UNITED NATIONS (FAO). **FAOSTAT**. Disponível em: <<https://www.fao.org/faostat/en/#home>>. Acesso em: 7 jul. 2024.

HAWE, Penelope; SHIELL, Alan; RILEY, Therese. **Theorising interventions as events in systems**. American Journal of Community Psychology, v. 43, p. 267–276, 2009.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Produção agrícola municipal: culturas temporárias e permanentes**. Disponível em: <<https://www.ibge.gov.br/estatisticas/economicas/agricultura-e-pecuaria/9117-producao-agricola-municipal-culturas-temporarias-e-permanentes.html>>. Acesso em: 7 jul. 2024.

KIST, Benno Bernardo *et al.* **Anuário brasileiro do tabaco 2022**. Santa Cruz do Sul: Editora Gazeta Santa Cruz, 2022.

RAINE, Rosalind. **Challenges for evidence-based policy and practice**. Public Health, v. 132, p. 52-53, 2016. DOI: 10.1016/j.puhe.2015.12.016.

RIO GRANDE DO SUL. Governo do Estado. **Radiografia agropecuária gaúcha: 2023**. Porto Alegre: Secretaria da Agricultura, Pecuária e Desenvolvimento Rural, 2023. Disponível em: <<https://www.agricultura.rs.gov.br/upload/arquivos/202309/14115058-rag-2023-ebook-2-14-09.pdf>>. Acesso em: 20 jul. 2024.

SKIVINGTON, Kathryn *et al.* **A new framework for developing and evaluating complex interventions: update of Medical Research Council guidance**. BMJ, v. 374, 2021.

TSENG, Shih-Jen; SEIDMAN, Douglas. **A systems approach to sustainability and organizational development: a collaborative systems framework for a global economy**. Leadership & Organization Development Journal, v. 28, n. 5, p. 418–429, 2007.



VOSS, Chris; TSIKRIKTSIS, Nikos; FROHLICH, Mark. **Case research in operations and management**. International Journal of Operations & Production Management, v. 22, n. 2, p. 195–219, 2002.

## **SPECIAL SECTORAL ACTION IN THE TOBACCO PRODUCTION CHAIN: A GOOD PRACTICE BY THE LABOUR INSPECTION FOR THE PROMOTION OF DECENT WORK IN RURAL AREAS**

### **ABSTRACT**

The special sectoral action in the tobacco production chain structured a strategic intervention in the tobacco farming sector in Rio Grande do Sul, aimed at promoting decent work and encouraging best labor practices in rural contexts. Based on a phased methodology—planning, implementation, and evaluation—the approach engaged sector-leading organizations, integrated producers, and stakeholders through feedback cycles, educational initiatives, and targeted inspections. The outcomes demonstrate tangible impacts on labor formalization, the dissemination of instructional materials, and the strengthening of regulatory compliance, with results that go beyond traditional labor enforcement. The practice has shown to be replicable in other agricultural production chains with similar configurations, reinforcing the strategic role of Labour Inspection as an agent of structural transformation.

Keywords: Labour Inspection. Rural work. Tobacco farming. Due diligence. Integrated production.

